

Autoridade de Gestão do PROMAR

Despacho n.º 641/2012

Interrupção do período para apresentação de novas candidaturas ao abrigo do Regime de Apoio aos Investimentos nos Domínios da Transformação e da Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura na região não abrangida pelo objetivo de convergência no Continente.

Em 13 de junho de 2008 foi aprovado, pela Portaria n.º 424-C/2008, posteriormente alterada pelas Portarias n.º 619/2009, de 8 de junho, n.º 106/2010, de 19 de fevereiro, n.º 227/2010, de 22 de abril, n.º 1174/2010, de 16 de novembro e n.º 298/2011, de 18 de novembro, o Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos nos Domínios da Transformação e da Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura.

Entretanto, verifica-se que, na região não abrangida pelo objetivo de convergência no Continente, a dotação disponível é insuficiente para acomodar novas candidaturas.

De acordo com o n.º 3 do artigo 8, do Decreto-Lei n.º 81/2008, de 16 de maio, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 128/2009, de 28 de maio, «*Dos projetos selecionados para apoio financeiro, apenas são objeto de decisão de concessão de apoio aqueles que [...] tenham cobertura nas dotações financeiras do PROMAR [...]*».

Essa impossibilidade atual de aprovação de novas candidaturas no âmbito da Medida «*Investimentos nos Domínios da Transformação e da Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura*» não é, porém, pelo menos teoricamente, definitiva ou irreversível, uma vez que, na sequência da avaliação intercalar da execução do PROMAR, poderá vir a ocorrer, num contexto de reprogramação financeira, uma transferência de dotações de outros Eixos e ou Medidas, que reponha as disponibilidades financeiras atualmente inexistentes.

Impõe-se, portanto, para já, não o encerramento da referida Medida, mas a interrupção dos períodos para apresentação de novas candidaturas.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 11.º do Regime de Apoio aos Investimentos nos Domínios da Transformação e da Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura, determina-se que:

1 — Fica interrompido o período para apresentação de candidaturas ao abrigo do Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos nos Domínios da Transformação e da Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura, aprovado pela Portaria n.º 424-C/2008, de 13 de junho, posteriormente alterada pelas Portarias n.º 619/2009, de 8 de junho, n.º 106/2010, de 19 de fevereiro, n.º 227/2010, de 22 de abril, e n.º 1174/2010, de 16 de novembro, na região não abrangida pelo objetivo de convergência no Continente.

2 — A impossibilidade de apresentação de novas candidaturas ao PROMAR prevista no número anterior, não afeta a vigência do regime de apoio a que o presente despacho se refere, que, por conseguinte, continuará a ser plenamente aplicável na análise e decisão das candidaturas já apresentadas.

2 de janeiro de 2012. — O Gestor do PROMAR, *José Apolinário Nunes Portada*.

205576368

Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Anúncio n.º 1017/2012

A Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural pretende recrutar, por mobilidade interna, dois técnicos superiores, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP) por tempo indeterminado, com licenciatura em Direito para o exercício, nomeadamente, de funções de:

Apoio jurídico aos concursos, de empreitadas de obras públicas e aquisições de bens e serviços, da responsabilidade da DGADR, respetiva inclusão em plataforma eletrónica e execução de contratos;

Análise e emissão de pareceres a pedidos de indemnização decorrentes das obras de responsabilidade da DGADR;

Emissão de pareceres sobre a interpretação das cláusulas jurídicas e do CCP;

Execução das ações necessárias às Declarações de Utilidade Pública a afectar por expropriações decorrentes das obras da responsabilidade da DGADR.

	Capacidade igual ou inferior a 0,25 l	Capacidade Superior a 0,25 l e igual ou inferior a 0,5 l	Capacidade Superior a 0,5 l e igual ou inferior a 1 l	Capacidade Superior a 1 l e inferior a 2 l	Capacidade Igual ou superior a 2 l
Vinho DO Alentejo	0,0066 €/unidade	0,0132 €/unidade	0,0264 €/unidade	0,0529 €/unidade	0,0264 €/litro (ou fração)
Vinho IG Alentejano	0,0029 €/unidade	0,0057 €/unidade	0,0115 €/unidade	0,0229 €/unidade	0,0115 €/litro (ou fração)

4 de janeiro de 2012. — A Vice-Presidente, *Editte Azenha*.

Os interessados podem enviar o seu *curriculum vitae* para a Avenida Afonso Costa, n.º 3, 1949-002 Lisboa, no prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente anúncio.

10 de janeiro de 2012. — O Diretor-Geral, *Pedro Teixeira*.

205580636

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.

Aviso n.º 701/2012

Procedimento concursal comum para preenchimento, no mapa de pessoal do IFAP — Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP, de 1 (um) posto de trabalho, na carreira/categoria de assistente operacional, com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado já estabelecida.

Lista unitária de ordenação final dos candidatos

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º e nos termos do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na nova redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril e por indicação expressa do respetivo júri, faz-se público que, no procedimento concursal supra mencionado, aberto pelo Aviso n.º 15481, publicado no *Diário da República*, 2.ª série — N.º 150, de 5 de agosto de 2011, foram atribuídas aos concorrentes admitidos e aprovados nos métodos de seleção as seguintes classificações finais:

Candidato Aprovado:

Nome	Classificação Final
José Carlos Almeida Conde	12,00

Candidatos excluídos na aplicação do método seleção de Prova Prática de Conhecimentos por terem obtido classificação inferior a 9,5 valores, conforme dispõe o n.º 13 do art.º 18º da Portaria 83-A/2009 de 22 de janeiro, republicada pela Portaria 145-A/2011 de 6 de abril.

Nome	Avaliação Curricular
João Marcos Ramos de Almeida	7,00
José Luís Albuquerque Ramos	7,00
Júlio Carlos Parreira	a)

a) Não compareceu à prova

A presente lista unitária de ordenação final foi homologada por despacho, de 29/11/2011 da Senhora Presidente deste Instituto e encontra-se afixada nas nossas instalações e publicada na página eletrónica deste Serviço, notificada aos candidatos, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2010, republicada pela Portaria 145-A/2011 de 6 de abril.

10 de janeiro de 2012. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Luís Miguel Gaudêncio Simões do Souto Barreiros*.

205579121

Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.

Aviso n.º 702/2012

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 119/97, de 15 de maio, torna-se público que, no ano de 2012, os valores da Taxa de Certificação a cobrar no ato de certificação pela Comissão Vitivinícola Regional Alentejana, são os constantes do quadro seguinte:

	Capacidade igual ou inferior a 0,25 l	Capacidade Superior a 0,25 l e igual ou inferior a 0,5 l	Capacidade Superior a 0,5 l e igual ou inferior a 1 l	Capacidade Superior a 1 l e inferior a 2 l	Capacidade Igual ou superior a 2 l
Vinho DO Alentejo	0,0066 €/unidade	0,0132 €/unidade	0,0264 €/unidade	0,0529 €/unidade	0,0264 €/litro (ou fração)
Vinho IG Alentejano	0,0029 €/unidade	0,0057 €/unidade	0,0115 €/unidade	0,0229 €/unidade	0,0115 €/litro (ou fração)

205577501